

PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESCOLARES COM DEFICIÊNCIA NUMA ESCOLA EM ITAGUAÍ, RIO DE JANEIRO

Augusta Karla Silva Quintanilha¹
Fabiane Frota da Rocha Morgado²

INTRODUÇÃO

A Inclusão é um termo abrangente, porém, numa perspectiva social, refere-se a um processo de adequação da sociedade, visando atender às necessidades de seus membros de forma integral, para que estes, uma vez incluídos, possam ter acesso à seus direitos, desenvolver-se e exercer sua cidadania (SATO, CARDOSO, TOLOCKA, 2002).

A inclusão social e acadêmica tem representado um desafio em nossa sociedade e cultura. Dessa forma, entende-se a urgência de repensarmos a forma de lidar com as diferenças. Tais desafios encontram-se também no contexto educacional, e mais precisamente nas salas de aula. A presente pesquisa teve por objetivo o desenvolvimento de um Projeto de Educação Inclusiva numa Escola em Itaguaí, RJ. A realização dessa proposta como prática profissional visou avaliar, intervir e produzir conhecimento no processo de ensino-aprendizado, considerando todos os indivíduos envolvidos e ressaltando que cada criança desenvolve-se de forma diferente, à seu tempo.

Metodologia: a população alvo deste trabalho foi 10 alunos de inclusão. As etapas foram a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), um documento para levantamento das habilidades e competências da criança, implementação de entrevista com a família para um Relatório Circunstanciado e, a partir dessas informações, elaboração das Flexibilizações Curriculares, de acordo com as demandas de cada criança. Como Resultados e Discussão apresentamos o melhor desenvolvimento cognitivo das crianças, envolvimento de toda equipe pedagógica com a temática, dificuldade apresentada por parte dos professores nas adaptações curriculares, devido à falta de suporte e/ou formação específica e a necessidade de um espaço de Assistência Educacional Especializada (AEE). A partir desse projeto, observamos um maior comprometimento da Instituição Educacional com a Inclusão Escolar.

Objetivos

Esse trabalho teve como objetivo implementar um projeto de inclusão escolar para alunos com deficiência no Instituto Educacional Zion (educação Infantil e ensino fundamental 1º e 2º segmento), em Itaguaí, Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos foram:

- ✓ Criar o Planejamento Educacional Especializado (PEI);
- ✓ Implementar o PEI;
- ✓ Capacitar os professores e mediadores para trabalhar com alunos com deficiência;
- ✓ Preparar as flexibilizações curriculares;

1. Autora: Psicóloga, Psicopedagoga e Mestranda em Educação pela UFRRJ, augustapsic@gmail.com;
2. Orientadora: Prof.^a Dr.^a em Educação Física na UFRRJ, fabi.frm@hotmail.com.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

METODOLOGIA

Este projeto trata-se da proposta de efetivação de um projeto de educação inclusiva numa escola de ensino fundamental. Participaram do estudo 27 profissionais, sendo eles: diretoras, coordenadoras pedagógicas, psicóloga, psicopedagoga, professores do ensino fundamental do 1º e 2º segmento.

Os sujeitos foram 10 crianças entre 3 e 13 anos de idade, sendo 8 meninos e 2 meninas. As deficiências reportadas foram: Autismo, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Altas Habilidades e Hemiplegia Espática.

O primeiro passo foi uma reunião pedagógica na qual discutiu-se a importância de um trabalho efetivo e sistematizado. Por conseguinte, deu-se a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado. Para isso, partimos de discussão com a equipe pedagógica dos principais pontos a serem contemplados por esse documento, visto que é parte fundamental no processo inclusivo do aluno com deficiência. Após esse estágio, buscou-se através de pesquisa em artigos acadêmicos, relatos de experiências de outras instituições e das leis vigentes sobre inclusão, o que esse documentos deveriam conter.

Concomitante a isso, tivemos uma reunião com os professores no intuito de conhecermos seus anseios, habilidades, experiências e conhecimento na área da inclusão. Dessa forma, foi possível delinear as capacitações e treinamentos necessários.

Com o PEI pronto e adequado ao contexto da escola, a próxima etapa foi seu preenchimento. Primeiramente, deu-se com a família, posteriormente com os professores e outros profissionais (psicopedagogos, psicólogos e mediadores). No preenchimento do Relatório Circunstanciado junto com a família, foi possível conhecer o desenvolvimento da criança desde o nascimento, seu comportamento fora do contexto escolar e também o conhecimento de quais profissionais já a acompanhavam. Nos casos em que já tínhamos algumas percepções das dificuldades da criança, e não era acompanhada por profissionais adequados, fazíamos os devidos encaminhamentos com a sugestão de avaliação. De acordo com Mascaro (2018), o PEI deve ser realizado em colaboração com diferentes atores da escola, os professores, professores especialistas (se houver), profissionais de apoio da escola, familiares e o próprio aluno (se for possível).

Com essas informações, a equipe pedagógica passou a ter reuniões direcionadas com os profissionais da escola, com o objetivo de instrumentalização e conscientização da educação inclusiva. Iniciou-se uma sequência de palestras e diálogos com a toda equipe pedagógica para que pudessem ampliar a visão a cerca dos tipos de transtornos, deficiências, dificuldade de aprendizagem e suas características. Também orientamos os professores a respeito do preenchimento do PEI na parte que lhes era devida.

A partir desse ponto e munidos do PEI, passamos a ter reuniões específicas com os professores que tinham em suas classes crianças com deficiência. Posteriormente, as informações sobre cada criança eram analisadas juntamente com o professor, evidenciando suas potencialidades, para se propor um currículo adequado à suas necessidades (em comparação ao currículo proposto para a turma) e partindo das habilidades e competências já consolidadas pela criança com deficiência. A partir dessa etapa, deram-se as flexibilizações curriculares, o currículo individualizado e atividades adaptadas.

Essas reuniões também visavam as adequações estruturais no contexto da sala de aula, e ajustes comportamentais, tanto no âmbito do professor, quanto da crianças com deficiência, como dos outros alunos.

Estes procedimentos metodológicos devem ser cuidadosos, garantindo que todo o processo: a preparação dos profissionais, o acolhimento da família, as flexibilizações curriculares, as adequações estruturais e a aprendizagem da criança com deficiência seja uma

experiência positiva, tanto nos aspectos da aprendizagem quanto no desenvolvimento das potencialidades e da autonomia do aluno.

DESENVOLVIMENTO

Os seres humanos, por natureza, são diferentes, expressando a diversidade. A deficiência é uma das especificidades do indivíduo e a forma como é compreendida muda de acordo com os valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos. No entanto, há uma limitada tolerância em relação à deficiência, tornando, o excessivamente diferente, em alguém que deve ser evitado. Esses estigmas podem trazer consequências na pessoa com deficiência, gerando sentimentos de baixa auto-estima, dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, afetando sua qualidade de vida (PACHECO, ALVES, 2007).

Segundo Amaral (1995), um movimento no sentido de mudanças relacionadas à pessoa com deficiência começou a se formar em meados do século XIX, período no qual profissionais como Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Froebel, Montessori entre outros, apresentaram maior interesse em estudar a deficiência, especialmente a mental. É neste período que começa a ocorrer uma mudança da visão de deficiência como doença, para uma visão de estado ou condição do sujeito. No entanto, a idéia de um estado degenerativo da espécie e de correlação moral, mantém-se para alguns estudiosos e sociedades.

De acordo com Menezes (2001), uma importante conquista nesta área foi a Declaração de Salamanca, um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. É considerado um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (ONU, 2010) e da Declaração sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990). Ele é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a Inclusão escolar.

A necessidade de pensar numa Educação Inclusiva dá-se exatamente neste contexto, pois, segundo Vayer e Roncin (1989), quando se aparta as crianças com deficiência das outras, as suprime do mundo da comunicação e as separa das fontes de informação e de ação. A Educação Inclusiva já avançou em muitos aspectos, porém ainda tem muitos desafios a vencer e, mesmo diante de tantos problemas enfrentados na educação brasileira, precisamos ir contra a construção sócio-histórica que embota a inclusão como um ideário falido. De acordo com Mantoan (2006), muitas foram as conquistas nessa área, porém, a inclusão escolar não tem sido compreendida de forma satisfatória, pois no que diz respeito ao seu apelo a mudança nas escolas comuns e especiais, não houve ganhos significativos. Faz-se necessário considerar a capacidade de cada um, sem discriminações e espaços de segregações, pois sem a efetivação dessas mudanças não garantiremos condição para os alunos de inclusão de prosseguirem seus estudos.

A Inclusão escolar é, antes de tudo, uma questão ética, de respeito às diferenças, sejam elas físicas e/ou intelectuais, respeitando o tempo, a potencialidade e a singularidade de cada sujeito envolvido. Assim entendemos que este tema, Educação Inclusiva, envolve uma mudança de mentalidade, com a qual todo cidadão deve implicar-se, buscando romper preconceitos intrínsecos e extrínsecos. Para tal tarefa, faz-se necessário a busca de conhecimento específico e estratégias práticas que nos deem suporte para essa empreitada.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), é assegurado ao indivíduo o direito à inclusão social e cidadania. Esta lei tem um capítulo específico para a educação, destacando

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e

aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (p. 9).

Para Mascaro (2018), é de responsabilidade do poder público, segundo essa mesma lei, a assegurar, criação, desenvolvimento, implementação, acompanhamento e avaliação de medidas individualizadas e coletivas que favoreçam acesso, permanência, participação e aprendizagem em instituições de ensino. O direito universal à educação é fato, mas a realidade nos mostra que o acesso e a permanência na escola não podem significar a falta de diferenciação quando necessário, pois há negligência em relação ao atendimento às necessidades específicas de alguns alunos no que tange à construção de conhecimentos (MASCARO, 2018).

Segundo MEC/SEESP (2000), as adaptações que a escola inclusiva precisa fazer estão nos âmbitos estruturais e de conteúdo. As adaptações estruturais são chamadas de adaptações de grande porte, de competência das instâncias político-administrativas e têm como objetivo adaptar o ambiente às necessidades dos alunos. As adaptações de pequeno porte são as flexibilizações curriculares, propostas a partir do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) MEC/SEESP (2000). Estão relacionadas à forma como se dá a apresentação do conteúdo à criança com deficiência e às avaliações.

O objetivo mais amplo das flexibilizações curriculares é aquilo que o aluno deverá alcançar. Já a meta mais específica refere-se ao que ele poderá atingir, ou seja, quando e quanto daquele objetivo o aluno conseguirá assimilar e desenvolver, dessa forma trabalha-se com parâmetros mais claros a serem atingidos com cada aluno, sem negar os objetivos gerais colocados pelo conteúdo da classe e pelas propostas curriculares (MASCARO, 2018; PLESCHT, GLAT, 2013).

Durante a proposta desse projeto, lidamos com diversos casos, cada um com sua particularidade: Autismo, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Altas Habilidades (DSM-V, 2014) e Deficiência Física (Hemiplegia Espástica). Suas especificidades nos desafiam a conhecê-los melhor, propondo assim, formas mais funcionais de mediar seu caminho ao conhecimento e lhes ajudar no processo de aprendizagem e autonomia.

De acordo com Vigostki (2014), a compreensão apropriada e científica do processo educacional da criança não consiste em inculcar artificialmente nelas os ideais, os sentimentos ou critérios que lhes sejam indiferentes. A verdadeira educação representa o afeto, o despertar, na criança, daquilo que ela já tem em si, e ajudá-la a desenvolver e orientar seu desenvolvimento em determinada direção.

Baseados nisso, podemos propor que o papel dos educadores (desde pais a professores), como os principais mediadores na trajetória da criança com deficiência no processo de aprendizagem, pode conduzi-la a uma relação positiva com o aprender, e isso acontece na interação, na dimensão social. Ao contrário do que muitos pensam, para que a criança tenha um bom desenvolvimento, não é preciso saber tantas coisas em uma determinada idade, mas sim, encontrar o equilíbrio entre seu corpo e sua mente, para que o processo de aprender tenha significado em seu desenvolvimento humano e lhe proporcione autonomia e qualidade de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de Educação Inclusiva contemplou todo o corpo escolar, tanto docentes quanto discentes. Os profissionais, mais especificamente alguns professores, construíram um olhar mais atento as especificidades de seus alunos e menos estigmatizador. O PEI partiu da problemática de que os alunos com deficiência estavam apresentando baixo rendimento escolar

devido à falta de flexibilização curricular nas atividades e, em alguns casos, dificuldades de interação com seus pares por questões comportamentais.

O desenvolvimento cognitivo foi outro aspecto relevante nos resultados obtidos por esse projeto. Em alguns casos de alunos autistas, foram desenvolvidos recursos de estímulo visual e tátil que lhes eram apresentados em momentos extra-classe, nos quais o aluno saía da sala para um momento de regulação emocional. Esses estímulos possibilitavam a equilíbrio de suas emoções e comportamentos, e proporcionavam uma atividade cognitiva, trazendo resultados em sua aprendizagem. Algumas avaliações também eram adaptadas, e seus resultados também foram positivos por conta dessas modificações estruturais. Por exemplo, alguns alunos com Dislexia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), tinham muita dificuldade de conseguir terminar as provas no tempo hábil, quando faziam na sala com todos os alunos. Foi proposto que eles fizessem as provas em ambientes com menos estímulos, o que refletiu positivamente no resultado de suas notas.

Foi notado, em alguns casos, um maior comprometimento dos responsáveis com a dificuldades enfrentadas por seu filho. A partir da implementação do PEI (Relatório Circunstanciado) e dos encaminhamentos necessários, os pais buscaram auxílio especializado, dessa forma os profissionais que acompanhavam as crianças, deram-nos avaliações e orientações técnicas que nos ajudaram nas flexibilizações e currículos individualizados.

Em alguns casos, notava-se dificuldade de aprendizagem no aluno, porém não configurava-se deficiência. Duas ações eram tomadas, a primeira dava-se no sentido de termos um olhar mais atento para esse aluno, até mesmo propondo algumas atividades estimuladoras e desafiadoras. A outra ação era tomada no sentido de contactar à família, para isso marcávamos uma reunião com os responsáveis, ouvíamos atentamente suas colocações e fazíamos os encaminhamentos, quando necessário.

Um outro aspecto muito relevante de nossa experiência está relacionada, também, às dificuldades de aprendizagem. A partir do momento que propôs-se um projeto de inclusão, alguns profissionais pensavam que qualquer dificuldade de aprendizagem e/ou comportamental fazia a criança necessitar de um planejamento individualizado. Foi necessária conscientização de que, em muitos casos, precisávamos somente de manejo mais adequado, sendo sensíveis ao que o comportamento do aluno estava querendo nos dizer.

Algumas limitações apresentaram-se nesta experiência. Notou-se dificuldade por parte dos professores nas adaptações curriculares, talvez devido à falta de suporte e/ou formação específica. Nas reuniões iniciais, os professores já compartilhavam seus anseios e medos relativos a alguns casos. A partir disso, evidencia-se necessidade da conscientização da deficiência como uma especificidade do indivíduo e não como uma anormalidade. Faz-se necessário, também, a formação continuada, na qual as instituições educacionais proporcionem aos seus professores cursos de atualização e capacitação específicos para se trabalhar com NEE.

Os professores do Ensino Fundamental do 2º segmento, por vezes traziam suas inquietações, pois preparavam as flexibilizações curriculares, porém o aluno com deficiência em algumas vezes, e até mesmo períodos, precisava faltar à aula, o que não possibilitava a transmissão do conteúdo. Esses professores, por terem menos tempo com os alunos, não conseguiam voltar nessas atividades.

Observou-se também a necessidade de um espaço de Assistência Educacional Especializada (AEE). Esta é umas das adequações estruturais que a escola ainda não possuía. Este espaço é de fundamental importância, pois visa a estimulação adequada para algumas deficiências, sendo também um espaço alternativo para alguns transtornos como o Autismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto impactou e continua transformando o ambiente escolar, o tornando mais inclusivo, de forma que os alunos têm apresentado rendimentos mais positivos, pois as atividades são mais direcionadas e com objetivos claros a serem alcançados a curto, médio e longo prazo. A partir desse projeto, observamos um maior comprometimento da Instituição Educacional com a Inclusão Escolar. Como toda pesquisa, o nosso trabalho visa abrir novas perspectivas na área da Educação Inclusiva, a fim de demonstrar que, o envolvimento de todos os atores implicados nesse processo, pode fazer a diferença numa educação de qualidade para crianças com desenvolvimento atípico. Novas pesquisas podem problematizar a dificuldade encontrada pelo corpo docente no que se refere a preparação para lidar com crianças com deficiência, em muito casos, os professores relatam que não tiveram em sua formação, disciplinas mais específicas nesta área. Relatam também as dificuldades encontradas nas instituições educacionais, tanto no suporte de materiais quanto de treinamentos na área da educação inclusiva. Desta forma, esta área conhecimento e de atuação, ainda necessita de trabalhos que preparem melhor o docente nessa importante tarefa na educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação, Desenvolvimento, Inclusão Escolar, Planejamento Educacional Individualizado.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A., Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial; 1995.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015
- DSM-5, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- MANTOAN, M. T. E., Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. Revista Educação Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 1 (58), p. 55 – 64, Jan./Abr. 2006
- MASCARO, C. A. A. de C., O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso, 2017.
- MASCARO, C. A. A. C., O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. Revista Espaço Acadêmico, nº 205, julho/2018.
- MEC/SEESP. Projeto Escola Viva, Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades especiais, nº 6 – Adaptações de Pequeno Porte, 2000.
- MEC/SEESP. Projeto Escola Viva, Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades especiais, nº 5 – Adaptações de Grande Porte, 2000.
- MENEZES, T. M., Declaração de Salamanca, 2001.
- ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança, 2010.
- PACHECO, K. M. B.; ALVES V.L.R., A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma, ACTA FISIATR, 14(4): 242 – 248, 2007.
- PLETSC, M. D; GLAT, R., Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In.:GLAT, R.; PLETSC, M. D. (Orgs.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- VAYER, P.; RONCIN, C. A criança e o grupo. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.
- VIGOTSKI, L. S. Imaginação e criatividade na infância. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- UNESCO, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.